

Epistemologia feminista: contribuições para o estudo do fenômeno religioso

Feminist epistemology: contributions to the study of religious phenomena

Ana Ester Pádua Freire*

Resumo

As teorias feministas têm uma contribuição fundamental para as Ciências da Religião ao incluírem o mundo da vida e da religião das mulheres como fundamentos centrais para a pesquisa. As teorias feministas aportam referenciais e conceitos interessantes para as Ciências da Religião ao proporem uma metodologia de investigação baseada em um paradigma emancipatório e na relevância do cotidiano da vida das mulheres para o estudo das religiões e das experiências religiosas. A interdisciplinaridade define as Ciências da Religião. Nesse sentido, faz-se possível um diálogo das Ciências da Religião com o feminismo - que igualmente se desenvolve como uma ciência interdisciplinar. O presente texto dialoga com feministas de diferentes campos do conhecimento, a fim de explorar criticamente a própria ciência ocidental e androcêntrica, por meio de uma epistemologia feminista. Em diálogo com a epistemologia teológica feminista de Ivone Gebara, o texto aproxima as abordagens dessa proposta epistemológica com as Ciências da Religião, tendo em vista a importância de conceitos e chaves, como a epistemologia contextual e afetiva, para a pesquisa teórica e empírica feminista na área das Ciências da Religião. Consideramos que a epistemologia feminista traz importantes aportes metodológicos e epistemológicos para a pesquisa das religiões e das mobilidades humanas de ordem espiritual no contexto contemporâneo. O objetivo do texto é situar a epistemologia feminista dentro dos fundamentos centrais para pensar uma metodologia de pesquisa feminista. Além de Ivone Gebara, autoras como Elizabeth Schüssler Fiorenza, Joan Scott, Sandra Sardenberg e Evelyn Fox Keller servem de referencial teórico para este artigo.

Palavras-chave: Epistemologia Teológica Feminista. Ciências da Religião. Gênero.

Abstract

Feminist theories have an essential contribution to Religious Studies by including the world of women's lives and religion as a central foundation for research. Feminist theories provide interesting references and concepts to Religious Studies by proposing an investigation methodology that is based on an emancipatory paradigm as well as on the relevance of women's daily lives for the study of religion and religious experiences. Interdisciplinarity defines Religious Studies. Hence, it is possible to draw parallels between Religious Studies and feminism, that develops as an interdisciplinary science. This text engages in dialogue with feminists from different fields of knowledge in order to critically explore western and androcentric science itself, through a feminist epistemology. By establishing a dialogue with Ivone Gebara's feminist theological epistemology, this text brings the approaches of that epistemological proposal closer together with Religious Studies, taking into consideration the importance of concepts and keys like the contextual and affective epistemology for theoretical research and feminist experience in the field of Religious Studies. We consider that feminist epistemology brings important methodological and epistemological inputs to the research of religion and human mobility of spiritual order in the contemporary context. The objective of this text is to place feminist epistemology in the main foundations that are necessary for one to think a methodology of feminist research. Along with Ivone Gebara, authors like Elizabeth Schüssler Fiorenza, Joan Scott, Sandra Sardenberg and Evelyn Fox Keller serve as theoretical reference for this article.

Keywords: Feminist Theological Epistemology. Religious Studies. Gender.

* Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2001). Bacharel em Teologia pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix (2014). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-Minas (2015). Dedicou seus estudos às Ciências Feministas, à Teologia Feminista (Ivone Gebara) e à Teologia Queer. Sócia-colaboradora da Associação Brasileira de História das Religiões, ABHR, e membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas da PUC-Minas, GPFEM.

1 Introdução

Desde o século XX, o feminismo tem proposto diferentes abordagens ao fazer científico. Ainda que não sejam simpatizantes ou adeptos ao feminismo, cientistas têm sido impactados pela presença da mulher na ciência. No âmbito das Ciências da Religião, as teorias feministas compreendem a religião como mediadora do mundo e do ser humano, a partir de uma prática singular das mulheres (GEBARA, 1997). Dando voz e visibilidade a essas mulheres, o estudo das religiões as introduz na epistemologia como agentes de sua própria história e religiosidade.

Considerando a religião como sendo uma construção sociocultural, seu estudo implica na discussão sobre relações de poder, de classe e, também,

de gênero. Por isso, estudar as religiões “é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse” (SOUZA, 2004, p. 123). Nesse sentido, este artigo apresentará as relações entre o feminismo e a ciência a partir da crítica feminista e da epistemologia teológica feminista, tendo como principal objetivo apresentar as contribuições da epistemologia feminista para o estudo do fenômeno religioso.

A epistemologia teológica feminista será apresentada como modelo possível, mas não único, de método de investigação do fenômeno religioso. Focar-se-á na epistemologia feminista proposta por Ivone Gebara (1997), na busca pelos aportes que podem contribuir para com o estudo da religião.

2 Epistemologia feminista

Segundo Helen E. Longino (2008, p. 505), epistemologia é “um campo de pesquisa [...] que investiga o significado das afirmações e atribuições do conhecimento, as condições e possibilidades do conhecimento, a natureza da verdade e da justificação”. Para a autora, a epistemologia feminista é uma necessidade, tendo em vista que as pressuposições filosóficas, nas quais se tem apoiado as disciplinas acadêmicas tradicionais, muitas vezes implicam costumes sexistas e androcêntricos.

Destaca-se, então, o importante papel para a epistemologia feminista do sujeito cognoscente e suas particularidades, pois ele é modificado pelas perspectivas feministas do conhecimento. Sua individualidade é ressaltada, culminando em uma pluralidade epistemológica feminista. Como explica Longino (2008, p. 513):

Não existe uma epistemologia feminista única. O que existe é uma superabundância de ideias, aproximações e argumentos que têm em comum somente o comprometimento de seus

autores com a exposição e a reversão da derrogação das mulheres e do preconceito de gênero das fórmulas tradicionais.

Partindo da compreensão de Longino (2008) sobre a pluralidade epistemológica feminista e da perspectiva de Margareth Rago (1998), que explica que a reflexão filosófica sobre a epistemologia feminista foi posterior à prática teórica, propõe-se uma discussão a partir de feministas que ousaram pensar sobre uma teoria feminista do conhecimento a partir de sua prática.

2.1 Epistemologia e a crítica feminista

A crítica feminista questiona os aportes usados pela ciência, que acabam por corroborar com uma ciência universalizante, branca, androcêntrica e ocidental. A tarefa implicada à crítica feminista radical da ciência é, segundo Evelyn Fox Keller (1982), histórica e transformadora. A autora afirma que “em um esforço histórico, as feministas podem trazer toda uma nova gama de sensibilidades, levando a uma nova consciência igualitária das latentes possibilidades do projeto científico” (KELLER, 1982, p. 602, tradução nossa)¹.

Nesse esforço transformador, são lançadas as bases para uma ciência feminista, que busca reconstruir o modo

pelo qual algo se torna conhecido. Segundo Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (2007, p. 10), “uma epistemologia feminista deve constituir-se, necessariamente, através de um processo de mão dupla, ou seja, de um processo tanto de desconstrução como de construção”.

Nessa mesma perspectiva, segundo Rago (1998), o projeto feminista de ciência, ou a epistemologia feminista, é o campo conceitual a partir do qual o conhecimento científico é produzido. Para a autora, a epistemologia feminista é o “contradiscorso” ou “nova linguagem”, pois é o conhecimento sendo produzido a partir de outras “vozes”, ou seja, de outros sujeitos.

Ao pensar a partir de diferentes sujeitos, a epistemologia feminista questiona as relações de poder outrora estabelecidas nas formas de conhecimento vigentes. Segundo Diana Maffia (2007, tradução nossa)²,

os achados epistemológicos mais fortes do feminismo encontram-se na ligação que foi feita entre “conhecimento” e “poder”. Não apenas no sentido óbvio de que o acesso ao conhecimento implica o aumento do poder, mas de modo mais controverso através do reconhecimento de que a legitimação das pretensões do conhecimento está

¹ In the historical effort, feminists can bring a whole new range of sensitivities, leading to an equally new consciousness of the potentialities lying latent in the scientific project.

² Los hallazgos epistemológicos más fuertes del feminismo reposan en la conexión que se ha hecho entre 'conocimiento' y 'poder'. No simplemente en el sentido obvio de que el acceso al conocimiento entraña aumento de poder, sino de modo más controvertido a través del reconocimiento de que la legitimación de las pretensiones de conocimiento está íntimamente ligada con redes de dominación y de exclusión.

intimamente ligada a redes de dominação e de exclusão.

A crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes. A epistemologia feminista, então, busca desarticular a aparente neutralidade de quem produz ciência, revelando os interesses que estão por trás das teorias científicas. Essa análise é feita a partir, por exemplo, da linguagem da ciência. Para Maffia (2007), a linguagem apropria-se de metáforas sexuais, que revelam relações de poder e relações de gênero opressivas, colocando a ciência a serviço do controle social.

Ao desarticular as metáforas usadas pelos cientistas, são descobertas as analogias que revelam não somente a suposição acrítica, mas também o reforço de certos valores sociais vigentes. Quando estes valores implicam relações de gênero opressivas, a ciência põe-se a serviço do controle social. (MAFFIA, 2007, tradução nossa)³.

Nesse sentido, a epistemologia feminista é contrária à posição hegemônica do conhecimento produzido. A crítica feminista à ciência busca revelar não apenas como as categorias de gênero têm se inserido no vértice da ciência, mas, sobretudo, o androcentrismo desse sujeito branco e ocidental.

[...] Isso tem trazido consequências bastante desvantajosas para as mulheres, principalmente no sentido de excluí-las dos processos de investigação e negar-lhes autoridade epistêmica, menosprezando os estilos e modos cognitivos ditos "femininos". Ademais, o androcentrismo tem contribuído para a produção de teorias sobre as mulheres que as representam como seres inferiores, desviantes ou só importantes no que tange aos interesses masculinos, tal como acontece com as teorias de fenômenos sociais que tornam as atividades e interesses femininos menores e obscurecem as relações de poder entre os sexos. (SARDENBERG, 2007, p. 9-10).

Então, ao se incluírem nos processos de investigação científica, as mulheres lançam mão dos aportes da crítica feminista buscando não somente a desconstrução, como também a reconstrução da ciência a partir de padrões igualitários de investigação. A epistemologia feminista, segundo Rago (1998), dá-se a partir do se pensar a diferença. A solidificação das bases para a construção de uma epistemologia feminista é dada "pelos avanços teórico-metodológicos no interior do próprio pensamento feminista com a construção e a teorização em torno das relações de gênero" (SARDENBERG, 2007, p. 5). Nesse processo de formulação da teoria feminista do conhecimento,

cabe à epistemologia feminista propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos

³ Al desarticular las metáforas usadas por científicos, quedan de manifiesto las analogías que revelan no sólo la asunción acrítica sino incluso el refuerzo de ciertos valores sociales predominantes. Cuando esos valores implican relaciones opresivas entre los géneros, la ciencia se pone al servicio del control social.

historicamente subordinados.
(SARDENBERG, 2007, p. 10).

A epistemologia feminista, segundo Rago (1998), enfatiza a historicidade dos conceitos e a coexistência de temporalidades. “Os estudos feministas inovam na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais, descartando a ideia de linha evolutiva inerente aos processos históricos” (RAGO, 1998, p. 12), reconhecendo, assim, a particularidade do modo de pensamento, abandonando a pretensão de haver uma única possibilidade de interpretação da realidade.

A relação com a qual a epistemologia feminista relaciona-se com a pluralidade de perspectivas dá-se a partir do uso do gênero como categoria analítica. O gênero torna-se uma categoria que sustenta esse rico “edifício” epistemológico.

2.2 Epistemologia feminista e a categoria analítica de gênero

Segundo Joan Scott (1989), gênero refere-se à organização social da relação entre os sexos. Para ela, o conceito baseado na questão da “relação” é um desafio teórico, pois

Exige a análise não somente da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento

histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise. (SCOTT, 1989, p. 1055, tradução nossa)⁴.

O gênero como categoria de análise, em seu uso historiográfico, como o proposto por Scott (1989), propõe-se a rever a história das relações entre homens e mulheres na busca por compreender as relações sociais que são estabelecidas entre os dois. Nessa perspectiva, o gênero une-se a outras categorias de análise não se sobrepondo, mas somando, em um esforço analítico para compreender como se dão as relações entre homens e mulheres.

Segundo Scott (1989, p. 1067, tradução nossa)⁵, “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Essa definição do conceito de gênero aponta seu aspecto crítico diante das relações de poder que se estabelecem baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.

Nesse enfoque, para Miriam Grossi (2014, p. 5) gênero é “uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente

⁴ It requires analysis not only of the relationship between male and female experience in the past but also of the connection between past history and current historical practice. How does gender work in human social relationships? How does gender give meaning to the organization and perception of historical knowledge? The answers depend on gender as an analytic category.

⁵ Gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power.

determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”. Pode-se dizer, então, que gênero é mutável, pois é social, cultural e historicamente determinado.

Gênero diz respeito a construções sociais, culturais e históricas que culminam em hierarquias que se estabelecem a partir da binarização dos sexos. Para Gayle Rubin (1986) seria impossível compreender a mulher apenas a partir de seu sexo, por isso a importância de uma teoria que a compreenda a partir das relações que se estabelecem entre o sexo e o gênero.

Grossi (2014) afirma que

De uma forma simplificada, diria que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (GROSSI, 2014, p. 12).

Compreendido, então, o gênero como uma categoria analítica criada a partir das abordagens feministas, pode-se afirmar, como Sardenberg (2007), que a ciência feminista é “um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero” (SARDENBERG, 2007, p. 2). Como explica Scott (1989, p. 1066, tradução nossa)⁶,

Do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências

humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise.

Para Scott (1989), o gênero é uma categoria de análise importante para a ressignificação da epistemologia. Rago (1998) explica que a categoria de gênero “desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais” (RAGO, 1998, p. 6). Sendo assim, gênero como categoria de análise rompe com o enquadramento conceitual normativo.

Além disso, gênero, como categoria de análise, propõe novos temas, novos objetos e novas questões às Ciências da Religião, tais como, bruxaria, prostituição, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade. Segundo Rago (1998, p. 13),

Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. De certo modo, o passado já não nos dizia e precisava ser reinterrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular.

⁶ on the side of the critique of science developed by the humanities, and of empiricism and humanism by post-structuralists, feminists have not only begun to find a theoretical voice of their own but have found scholarly and political allies as well. It is within this space that we must articulate gender as an analytic category.

Novos temas, novas perguntas são contribuições da epistemologia feminista para o estudo do fenômeno religioso a partir dos recortes propostos pela categoria analítica de gênero.

2.3 Epistemologia teológica feminista

O presente artigo preocupou-se até agora em apresentar a epistemologia feminista como método de conhecimento que lança mão da categoria analítica de gênero para o conhecimento, e como perspectiva fundamental para o processo de pesquisa e da crítica à ciência hegemônica, que tem excluído a mulher e seus conhecimentos do cabedal científico. Cabe, então, apresentar a epistemologia teológica feminista como método para o estudo do fenômeno religioso.

Tendo em vista a afirmação de Maria José F. Rosado-Nunes (2001), de que foram as teólogas cristãs que primeiramente desenvolveram uma análise feminista das religiões, buscar-se-á na teóloga e filósofa feminista brasileira, Ivone Gebara, os aportes teórico-metodológicos para uma epistemologia que contribua com o estudo do fenômeno religioso.

Criticando a epistemologia vigente, Gebara constata que “as epistemologias filosóficas elaboradas a partir da tradição ocidental são de base antropocêntrica e androcêntrica” (GEBARA, 1997, p. 33). A autora explica que essa base repercute em uma

hierarquização social, que se expressa, também, na construção hierárquica do conhecimento. “Apesar dos avanços positivos do conhecimento humano, a natureza e os seres humanos são cientificamente utilizados para servir a certos interesses políticos e econômicos minoritários” (GEBARA, 1997, p. 36).

Gebara (1997) nomeia a epistemologia antropocêntrica, androcêntrica, branca e ocidental vigente como “epistemologia teológica patriarcal”, que é construída sobre os seguintes paradigmas: essencialismo, monoteísmo, androcentrismo, verdades eternas, aristotélico-tomista.

O essencialismo trata da epistemologia que “busca a essência de cada coisa, ou a forma como Deus criou cada ser” (GEBARA, 1997, p. 39). A marca dessa epistemologia teológica patriarcal diz respeito a uma realidade superior ou anterior ao ser humano, que pré-determina a sua existência, retirando-a da cotidianidade. Aponta uma necessidade de restauração histórica nunca realizável, levando o ser humano para um movimento de volta, embora a vida caminhe para diante. O essencialismo aventa a “essência humana” como uma realidade anterior à “queda” de Adão e Eva. É, então, uma “essência ideal”, nunca atingível.

O paradigma monoteísta é, também, marca da epistemologia teológica patriarcal, remetendo a um Deus único que se impõe às diferentes culturas. Aponta um Deus objeto de

conhecimento, alvo dos estudos teológicos, compreendendo “que há um Deus, ou um modelo divino centralizador que torna possível o conhecimento humano” (GEBARA, 1997, p. 42). A crítica de Gebara (1997), nesse contexto, diz respeito ao jeito pretensiosamente objetivo como se falou sobre Deus e as consequências históricas desta fala na vida de grupos sociais, sobretudo os oprimidos e as mulheres.

O paradigma epistemológico androcêntrico “situa o centro de todo conhecimento na experiência masculina” (GEBARA, 1997, p. 45), apontando, assim, para reduções históricas da presença da mulher nas narrativas sagradas. A voz criadora de Deus é uma voz masculina que outorga as grandes decisões sociais e políticas aos homens, confinando as mulheres no mundo doméstico.

Gebara (1997), também, apresenta a epistemologia patriarcal como sendo de verdades eternas, ou seja, verdades constitutivas e imutáveis da fé cristã. São “verdades reveladas” que não podem ser condicionadas aos diferentes contextos socioculturais. Essas verdades “indubitáveis” não levam em consideração os imprevistos e previstos da vida cotidiana, deixando de lado a sabedoria que emerge da vida.

O paradigma aristotélico-tomista “distingue entre as verdades adquiridas pela razão natural e as verdades da fé” (GEBARA, 1997, p. 50). Diz respeito ao que é compreendido pela tradição

católica como “verdades da fé”, que nunca podem ser contrariadas pela razão. Segundo Gebara (1997, p. 51), “do ponto de vista epistemológico revela-se a presença de uma estrutura de conhecimento teológico limitada por afirmações imutáveis”. Ou seja, as dúvidas levantadas pela razão que atravessam o cotidiano não podem ser levadas adiante, não sendo permitida, assim, a formulação de valores humanos.

A “epistemologia teológica patriarcal” de Gebara (1997) é fortemente presente no estudo das religiões, excluindo as experiências das mulheres e de grupos inferiorizados. O silenciamento dessas vozes marginais universaliza a experiência religiosa e não leva em conta a diversidade de vivências que se revelam na concretude da vida.

Gebara (1997) propõe, então, uma nova epistemologia, não como substitutiva da primeira, mas que parta da percepção da importância da experiência, da vida para a construção do conhecimento. A pretensão de uma formulação epistemológica feminista é a de “denunciar o caráter ideológico de boa parte da ciência patriarcal” (GEBARA, 1997, p. 56), buscando repensar a relação do ser humano com a Terra e com o Cosmos. A autora apresenta a “epistemologia ecofeminista⁷” como sendo: de gênero e de

⁷ Ecofeminista, porque Gebara trabalha com o paradigma “oicocêntrico feminista”. Segundo ela, o termo ecofeminismo começou a ser usado na França, a partir

ecologia, contextual, holística, afetiva, inclusiva.

A epistemologia ecofeminista “entende gênero e ecologia como mediação para a compreensão e interpretação do mundo e do ser humano” (GEBARA, 1997, p. 67). A introdução da categoria de gênero, segundo a autora, afirma que na construção do conhecimento o masculino e o feminino devem expressar sua maneira de compreender o mundo. Já a categoria de ecologia propõe o resgate das “culturas originárias”. Ambos marcam a epistemologia ecofeminista como instrumentos para a “mediação para a compreensão e interpretação do mundo”. Mediação no sentido de “aquilo que é meio e finalidade constitutiva do sujeito que conhece e da realidade que se dá a conhecer” (GEBARA, 1997, p. 67).

A epistemologia ecofeminista propõe-se “contextual” no sentido de não absolutizar a forma de conhecimento, admitindo, assim, sua provisoriedade histórica. Assim, uma epistemologia contextual busca referir-se ao contexto de cada grupo humano. As dúvidas e as respostas surgem, então, em contextos específicos, mantendo a tensão entre o caráter regionalista e o caráter universalista do conhecimento humano.

do final dos anos 70, pela socióloga feminista Françoise D'Eaubonne, “para mostrar a aliança entre a luta pela mudança de relações entre homens e mulheres e a mudança de nossas relações com o ecossistema” (GEBARA, 1997, p. 9).

A epistemologia “holística” proposta por Gebara (1997) diverge do modelo cartesiano do conhecimento, abrindo inúmeras perspectivas de aprendizado. Em uma perspectiva teológica, a holística entende como sagrado as coisas e as relações que têm relevância para a vida humana. Trata da ideia de que o todo está em nós.

Além disso, a epistemologia ecofeminista é “afetiva”, pois “sugere a impossibilidade de determinar com clareza os limites entre objetividade e subjetividade” (GEBARA, 1997, p. 73), reconhecendo, assim, o universo das emoções como fonte de conhecimento. Não são aceitas, então as distinções masculino/razão e feminino/emoção, próprias da estrutura patriarcal. Sendo assim, natureza e cultura não são compreendidas como separadas, mas como indissociáveis. O afeto borra os limites entre o objetivo e o subjetivo e já não é possível estabelecer limites claros entre um e outro.

Finalmente, a epistemologia ecofeminista apresenta-se, também, como “inclusiva”, não sendo orientada por características consideradas como normativas. Ela acolhe a multiplicidade das experiências religiosas e propõe a rearticulação dos valores da vida nos processos cognitivos. O objetivo da proposta de Gebara (1997) de uma epistemologia ecofeminista é captar os aspectos fundamentais da vida, ocultados no campo cognitivo, pois o

conhecimento e a experiência se atravessam.

Para Gebara, a realidade do conhecimento é processual e não linear como a vigente. Por isso, uma outra epistemologia, tem como objetivo “superar essa linearidade e acolher a complexidade da realidade processual que somos” (GEBARA, 1997, p. 64).

Diante do exposto, ressalta-se que a epistemologia teológica feminista, em seu método de desconstrução/reconstrução, abre as portas para um “outro” fazer teológico.

Essa ressignificação conceitual gera conflitos entre os poderes estabelecidos e os novos poderes que buscam uma afirmação e um reconhecimento. E nesse jogo de forças só o futuro nos mostrará que novas configurações e novas cartografias estamos construindo para apoiar os sentidos de nossa existência em uma opção de justiça de gênero, de justiça social e de eco-justiça. (GEBARA, 2007, p. 41).

No prefácio do livro “Rompendo o silêncio”, de Gebara (2000), Adolphe Gesché explica a epistemologia usada pela teóloga. Para ele, o método de Gebara aponta avanços epistemológicos, que garantem o valor científico de sua obra. Primeiramente, Gesché (GEBARA, 2000) explica que Gebara situa a questão das mulheres na teologia, ou seja, em seus discursos e conceitos. A mulher destinada ao silêncio, à obediência e à submissão é o cerne do discurso teológico de Gebara, que não fala sobre as mulheres, mas a partir do mundo das mulheres.

Para Gesché (GEBARA, 2000), a segunda contribuição epistemológica de Gebara é a introdução da fenomenologia no tratamento teológico da questão feminina, permitindo que a realidade vivida mostre-se. Deus, aqui, não é mais retratado através de discursos emprestados, mas nos discursos, nas falas das mulheres.

O terceiro ponto levantado por Gesché (GEBARA, 2000) é o uso do conceito de gênero como instrumento epistemológico.

Ivone Gebara introduz este conceito em teologia, refazendo assim o gesto que sempre foi o gesto das teologias vivas: recorrer a instrumentos conceituais novos conquistados em outros lugares, onde a cultura fez envelhecer alguns, que não podem mais servir, e suscitou novos, que se tornam indispensáveis. E que devem ser integrados, mesmo que seja a título de ensaio, no discurso teológico inculturado, se quisermos que a fé e a conduta que lhe corresponde continuem sendo portadoras de sentido numa cultura que se renova. Não deveria ser este o voto, ou melhor ainda, o dever de todo aquele que deseja que a boa-nova do Evangelho encontre todas as suas chances? (GESCHÉ in GEBARA, 2000, p. 22).

A quarta, e última, contribuição epistemológica de Gebara é a inserção da experiência pessoal no discurso teológico. Segundo Gesché (GEBARA, 2000), Gebara permite que as mulheres contem as suas histórias.

A perspectiva teológica contextual proposta por Gebara, muitas vezes, vai além dos limites dos discursos teológicos

convencionais. É uma perspectiva que está atenta à expressão, ao silêncio e às dores das mulheres.

Minha reflexão teológica não será especificamente bíblica, embora não deixe de recorrer à Escritura. Vou trabalhar principalmente na perspectiva de uma antropologia teológica, essencial à construção de relações de justiça e solidariedade. Esta antropologia poderá eventualmente abrir as portas para decretar o fim da “maldição das mulheres” na nossa cultura e na nossa teologia. A palavra “escandalosa” das mulheres, ou o “escândalo” de sua palavra, poderiam ser lidos como um anúncio de salvação, como um evento de redenção, como um ensaio de restauração da justiça numa estrutura de violência. A compreensão patriarcal e hierárquica do cristianismo, própria à nossa tradição, poderá abrir-se a uma compreensão não patriarcal, mais aberta e

democrática, com todos os limites que ela comporta. (GEBARA, 2000, p. 35).

Segundo Gebara (2000), a contribuição da epistemologia feminista é mostrar a relação entre a vivência feminina em Deus ou com Deus e os discursos teológicos propostos pelas instâncias oficiais da Igreja.

É por isso, que André Muszkopf (2012), sobre o método de Gebara, afirma que “em suas reflexões acerca de questões epistemológicas no âmbito da teologia a autora assume uma perspectiva assumidamente fenomenológica a partir da qual o cotidiano emerge como *locus* privilegiado da construção teórica” (MUSKOPF, 2012, p. 337).

3 Considerações finais

Adentrar a rica seara do feminismo, ainda que por meio de sua epistemologia, é uma árdua, mas necessária tarefa na busca por métodos mais justos de conhecimento, que levem em consideração a multiplicidade da vida religiosa. Árdua, pois, na busca por “justiça” ou “igualdade” epistemológicas, acaba-se incorrendo em injustiças na impossibilidade de apontar-se uma epistemologia feminista que abarque toda interseccionalidade que o feminismo pressupõe. Entretanto, ainda que diante das limitações que a pesquisa impõe, este artigo preocupou-se em apresentar

a epistemologia feminista como método de estudo do fenômeno religioso.

A epistemologia feminista é o campo conceitual a partir do qual o conhecimento científico é produzido por meio da categoria analítica de gênero. Esta compreendida como sendo uma categoria relacional que valoriza a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura (RAGO, 1998).

A epistemologia feminista é plural e dinâmica e propõe a resignificação dos conceitos de objetividade, de neutralidade e de universalidade a partir

da historicidade do sujeito. A objetividade é compreendida como flexível e capaz de se mover entre a distância e a intimidade do sujeito e do objeto da pesquisa.

No âmbito do estudo do fenômeno religioso, ressalta-se que o objetivo da epistemologia feminista não é acrescentar as mulheres aos estudos já existentes, mas reconstruir o instrumental de análise pela incorporação do gênero como categoria analítica. Sendo assim, por meio dos aportes levantados pela epistemologia teológica feminista, buscaram-se as contribuições para o estudo das

religiões. Diante das novas perguntas que a categoria de gênero suscita às pesquisas sobre as religiões, faz-se possível o uso de uma epistemologia feminista que seja de gênero e de ecologia, contextual, holística, afetiva e inclusiva (GEBARA, 1997).

Com esses aportes, a epistemologia feminista contribui com o estudo do fenômeno religioso ao propor a resignificação de conceitos positivistas de pesquisa, propiciando uma metodologia de investigação baseada em um paradigma emancipatório e na relevância do cotidiano da vida das mulheres.

Referências

GEBARA, Ivone. **O que é Teologia Feminista**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GESCHÉ, Adolphe. Prefácio. In: GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/GROSSIMiriam.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014. p.1-14.

KELLER, Evelyn Fox. *Feminism and Science*. In: **Signs**. Vol. 7, n. 3, Feminist. Theory (Spring, 1982), p. 589-602. Published by: The University of Chicago Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3173856/>>. Acesso em: 13 jan 2015.

LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Orgs.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MAFFIA, Diana. Epistemología feminista: La subversión semiótica de las mujeres en la ciencia. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. Caracas, v. 12, n. 28, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/ve/scielo.php?pid=S1316-37012007000100005&script=sci_arttext/>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: <<http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/>>

[epistemologia_feminista.pdf](#)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José F. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 16, p. 79-96, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a05.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo. **Nueva Antropología**. México, v. VIII, n. 30, 1986.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Labrys**. Estudos Feministas. v. 11, p. 45, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20>

[Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf](#)>. Acesso em: 2 jul. 2014.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: <http://facultypages.morris.umn.edu/~deanej/UMM%20Home%20Page/2001/Readings/Gender/Scott_Useful%20Category.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 12, 264, set./dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000300014&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Recebido em: 29/09/2015.
Aceito para publicação em: 20/12/2015.